

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TRADUÇÃO NO BRASIL: O CASO DA PUC-RIO¹

Marcia A. P. Martins
Pontifícia Universidade Católica-Rio
martins@domain.com.br

Resumo: A proposta deste artigo é fazer um histórico dos cursos de tradução na PUC-Rio desde seus primórdios, na virada dos anos 1970, com a criação do Bacharelado em Letras, com habilitação em tradutor-intérprete, até os dias de hoje, em que a tradução é objeto de ensino e pesquisa nos níveis de graduação, pós-graduação lato e strictu sensu, e extensão. A recuperação dessa memória também contemplará os pressupostos teóricos e contextos (acadêmicos, culturais, sociais) vigentes nos sucessivos momentos vividos pela instituição nessas últimas décadas.

Palavras-chave: ensino de tradução, teorias de tradução, currículos universitários.

Abstract: This article outlines the history of the translation courses PUC-Rio, from its beginnings in the turn of 1970s, when a Bachelor's Degree in Letras began to be offered with a double major in translation and interpreting, to the present, with the teaching of and research in translation on the undergraduate, graduate and extension levels. This study in institutional memory also takes into account the theoretical assumptions and the social, cultural and academic environments prevailing in different periods over the last four decades.

Keywords: translator training, translation theories, university syllabi.

A partir da segunda metade do século XX observou-se uma grande expansão da atividade tradutória devido principalmente à intensificação da comunicação mundial e aos grandes avanços

tecnológicos, que não só geraram valiosas ferramentas de auxílio à tradução como também criaram novas modalidades de prática, como a localização de softwares e a tradução audiovisual. Além disso, em 1988, houve o reconhecimento da tradução como uma profissão liberal no Brasil. Como se poderia esperar, a demanda criada por novas oportunidades de trabalho e pelo reconhecimento da profissão representou um grande incentivo ao oferecimento de cursos de formação de tradutores. Conforme observa Maria Candida Bordenave, responsável pela implantação, na PUC-Rio, da habilitação em tradutor-intérprete do bacharelado em Letras e durante quase 30 anos coordenadora da habilitação em tradutor dessa mesma instituição, o crescimento do ensino e da pesquisa no campo da tradução em nosso país tem sido excepcional:

Desde os primeiros anos da década de 70, grandes transformações foram constatadas na área de tradução: a grande novidade foi a criação de cursos universitários de formação de tradutores em todo o país, provocando um renovado interesse pela área, seus fundamentos, seu ensino e, necessariamente, pela sua pesquisa. (1996: 429-30)

Esses cursos universitários de formação de tradutores restringiam-se inicialmente aos níveis de graduação e extensão; somente mais tarde começaram a surgir as pós-graduações *lato sensu*, ou especializações, hoje cada vez mais numerosas e procuradas. De qualquer forma, a criação pela PUC-Rio, no final dos anos 1960, da habilitação (então denominada “especialização”) em revisor-tradutor-intérprete no bacharelado em Letras foi uma iniciativa pioneira, que teve como objetivo oferecer novos percursos de formação na área de Letras. Desde então, a estrutura curricular dessa habilitação inicial sofreu muitas transformações, sempre com o objetivo de adequar-se aos perfis de tradutores demandados pelo mercado e compatíveis com a filosofia da instituição.

A diversidade dos cursos de tradução no Brasil

Os cursos destinados a preparar tradutores, que começaram a surgir no Brasil a partir do final dos anos 1960, são até hoje genericamente denominados “cursos de tradução”. Atualmente é possível identificar diferentes tipos de cursos que se enquadram nessa categoria e que podem ser agrupados da seguinte forma, a partir da instituição que os oferece e do seu nível de formação:

1. **Bacharelados**, oferecidos por instituições de ensino superior. Embora uns poucos currículos sejam voltados exclusivamente para a formação de tradutores, a grande maioria associa disciplinas específicas de tradução a um núcleo comum de disciplinas do bacharelado, geralmente na área de Letras. Segundo levantamento de Heloisa Barbosa (2004), no Brasil existem atualmente 67 bacharelados com habilitação em tradução.

2. **Extensão universitária**, denominação que engloba cursos variados, em geral organizados e propostos pelos docentes e pesquisadores de uma universidade, com o suporte organizacional de uma unidade acadêmica criada especificamente para desenvolver ações de educação continuada. Podem ser de longa ou de curta duração. Na primeira categoria, destacam-se os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), com duração mínima de 360 horas, e os cursos profissionalizantes, como o de formação de tradutores da PUC-Rio. Entre os de curta duração, predominam os cursos de atualização ou aprimoramento, cujos objetivos mais comuns incluem:

- propiciar um contato com determinados gêneros textuais (textos jornalísticos, ensaísticos, acadêmicos) ou com a linguagem e terminologia de determinadas áreas do conhecimento (economia e administração, saúde, telecomunicações);
- familiarizar o tradutor com uma determinada modalidade de tradução, como localização de software, ou com alguma ferramenta, como programas de memória de tradução e/ou de gerenciamento terminológico;
- atender a uma necessidade específica, como um concurso para tradutor juramentado.

3. **Cursos livres**, assim denominados por não estarem vinculados ao sistema regular de ensino. Promovidos por cursos de idiomas, centros binacionais, escritórios ou agências de tradução, associações e órgãos de classe, ou mesmo por iniciativa de tradutores e professores, podem ser de curta ou média duração (até 200 horas) e geralmente têm objetivos análogos aos dos cursos de extensão universitária citados no item anterior.

A tradução na PUC-Rio

Década de 1970 – os primórdios

A história da área de tradução na PUC-Rio, bem como a atuação intensa da instituição no sentido de promover a valorização da tradução e da profissão de tradutor, está indissociavelmente ligada ao nome da professora Maria Candida Bordenave, que implantou

o bacharelado e a especialização, promoveu inúmeros cursos de extensão e formou várias gerações de tradutores. Em 1968, por iniciativa da então diretora do departamento, professora Amélia Maria Cavalcanti Lacombe, com o respaldo da reforma universitária realizada naquele ano², foram criadas quatro habilitações – então denominadas especializações – no bacharelado em Letras: *revisor-tradutor-intérprete*, *assessor-secretário executivo*, *crítico literário* e *pesquisador*. O diploma de Bacharel em Letras recebia um apostilamento, especificando a especialização feita. As duas primeiras eram bilíngües, com opção de inglês ou francês como língua estrangeira de maior ênfase; as duas últimas eram monolíngües e deixaram de ser oferecidas já em 1973.

A criação da então especialização em revisor-tradutor-intérprete deveu-se à identificação de novas perspectivas profissionais, que poderiam ser atendidas na medida em que se possibilitasse, aos bacharelados, agregar a competência em tradução e em interpretação simultânea aos conhecimentos lingüísticos e à formação humanística tradicionalmente associados à área de Letras. No catálogo da PUC de 1969, consta que os objetivos do então Departamento de Letras e Artes – configuração que se manteve até 1977, quando o departamento se desmembrou em dois – eram “fornecer a seus alunos a formação e informação necessárias à sua compreensão, integração e participação na realidade do mundo atual, bem como o instrumental teórico-prático indispensável ao exercício de suas atividades profissionais” (p. 69). Além de habilitar os graduandos “para o ensino em nível secundário e universitário, e a pesquisa em Língua e Literatura”, o Departamento se propunha, ainda, a formá-los “para trabalho em editoras, redações de jornais e revistas, assessorias de diversos tipos, traduções, ou como intérprete, visando assim a formação de profissionais competentes, destinados a suprir as prementes necessidades do mercado de trabalho” (ibidem) nas respectivas áreas que, segundo o texto do catálogo, até aquele momento não contavam com técnicos especializados.

A novidade atraiu muitos alunos e materializou-se em currículos compostos por dois grupos de disciplinas: aquelas comuns às

licenciaturas e aos recém-criados bacharelados em Letras, e as específicas de cada habilitação. No caso do revisor-tradutor-intérprete, a grade previa as seguintes disciplinas específicas: tradução literária e tradução técnica, cada uma com 60 horas; interpretação simultânea, de 90 horas; versão escrita e língua portuguesa para tradução e interpretação, também de 60 horas cada; e os estágios supervisionados de tradução e interpretação, cada um com 105 horas. Em comum com a licenciatura, era oferecido, como ainda hoje, um determinado número de disciplinas de língua estrangeira e a literatura correspondente. Uma característica dos bacharelados e licenciaturas em Letras da PUC-Rio é o nivelamento de língua estrangeira, de modo a formar turmas relativamente homogêneas e estabelecer um nível mínimo de proficiência para ingresso nas habilitações bilíngües. Para Candida Bordenave, o maior desafio no trabalho institucional foi “implantar um programa que satisfizesse as exigências da tradução e ao mesmo tempo se inserisse e se enquadrasse na estrutura do departamento de Letras da PUC, já estabelecido há décadas” (1996:431).

Não demorou muito para a instituição perceber que precisaria enriquecer o currículo para alcançar o objetivo mencionado de dotar os alunos do “instrumental indispensável ao exercício de suas atividades profissionais” (Catálogo Geral da PUC, 1974, p. 111). Dessa forma, já no catálogo de 1974 a habilitação – então ainda chamada especialização – havia reduzido seu perfil, suprimindo a formação de revisor e concentrando-se apenas na de tradutores-intérpretes. Nos objetivos do ainda Departamento de Letras e Artes constavam, além do magistério e da pesquisa, a formação “para trabalhos de tradução em editoras, redações de jornais e revistas” – o que mostra como era limitado o campo de atuação dos tradutores – e “para trabalho de interpretação simultânea e consecutiva em congressos, conferências e seminários” (ibidem). As disciplinas específicas da habilitação eram muito poucas em relação ao que se oferece hoje e voltavam-se essencialmente para a prática, o que é perfeitamente explicável, já que a consolidação dos Estudos da Tradução como área acadêmica é bastante recente. Como se

sabe, apesar do início remoto da tradução como atividade e como objeto de reflexão, até pouco tempo não havia uma disciplina independente para englobar os estudos sobre o tema, que ficavam dispersos em áreas como estudos literários, filosofia, sociologia, antropologia e, mais recentemente, lingüística, lingüística aplicada e semiótica, que não têm a tradução como objeto central de investigação. Além disso, muitos trabalhos concentravam-se na prática tradutória, onde eram descritas impressões gerais e experiências pessoais, e ofereciam orientações sobre a melhor maneira de traduzir (cf. Mounin, 1975: 23). De modo geral, as abordagens da tradução seguiam uma tradição predominantemente prescritiva, na qual se insere, por exemplo, o modelo de Catford. Essas abordagens ensinam como fazer uma tradução, oferecem uma taxonomia de normas e regras para todas as traduções e discutem problemas tradutórios pontuais ou observados em tipos específicos de textos. Sob a influência da lingüística, que se firmou a partir dos anos 1950, começou-se a atribuir um status “científico” às reflexões sobre tradução, já que estas passaram a envolver uma grande sistematização, resultante das descrições lingüísticas.

Nos anos 1970, destacavam-se como importantes referências no curso de tradução da PUC-Rio os estudiosos Vinay e Darbelnet e Eugene Nida, que elaboraram descrições detalhadas com base na lingüística e antropologia para aplicá-las à tradução, bem como Roman Jakobson e seu modelo de comunicação. Essa opção teórica é fácil de explicar: na época, ainda não havia, como hoje, uma multiplicidade de abordagens e vasta bibliografia. Além disso, o curso de Letras da instituição havia abraçado com vigor a teoria gerativo-transformacional de Noam Chomsky, na qual Nida se baseou para desenvolver a sua formalização do processo tradutório (cf. Barbosa, 1990: 32).

Nesse momento, muito em decorrência de ser a tradução tradicionalmente estudada a partir do instrumental teórico de outras áreas do saber e da sua visão como atividade predominantemente prática, a grade curricular não apresentava um componente teórico. Além disso, as disciplinas específicas subdividiam-se simplesmente em “tradução literária” e “tradução técnica”, sem outras modali-

dades. No estágio supervisionado, os alunos com bom desempenho acadêmico eram encaminhados a editoras. Praticamente não existiam agências ou empresas de prestação de serviços de tradução; alguns interessados em tradução técnica estagiavam em escritórios de tradutores juramentados. O grande interesse era a tradução literária; graças aos convênios firmados entre a coordenação do curso e grandes editoras da época, como Artenova, Record e Francisco Alves, muitos livros foram traduzidos pelos bacharelados, principalmente na área de ficção. O estágio de interpretação simultânea, por sua vez, era cumprido na própria instituição, por meio de uma pesada carga horária de prática em cabine, ou ainda em eventos que firmavam parceria com a universidade.

Já na primeira turma a se graduar havia novos tradutores-intérpretes dispostos a entrar em um mercado restrito, bastante fechado, dominado basicamente por profissionais autodidatas e, na área técnica, composto por clientes que encaravam com desconfiança esses recém-formados. Duas ex-alunas associaram-se e criaram o Intergroup, para prestar serviços de interpretação simultânea, desafiando o monopólio do único grupo que atuava na área. Nas turmas seguintes, outros ex-alunos também se associaram formal ou informalmente, tentando do mesmo modo conquistar a credibilidade do mercado para uma atividade marcada, de certa forma, pelo autodidatismo. Como diz Candida Bordenave, a experiência mais gratificante em sua atuação acadêmica foi ver as alunas “alçarem vôo, entrarem no mercado de trabalho, fundarem firmas de tradução” (1996: 431).

A preocupação dos professores do curso em oferecer uma formação adequada levou a uma nova reforma. No catálogo de 1976, a especialização em tradutor-intérprete já estava desmembrada em duas: *tradutor-intérprete* e *tradutor*. O objetivo da mudança foi acrescentar mais disciplinas específicas a cada percurso de formação e aumentar a carga horária do estágio supervisionado.

Já chegando ao final da década, ocorreram mais duas mudanças: as antigas especializações passaram, a partir de 1978, a ser chamadas de habilitações, denominação usada até hoje, e a habili-

tação em tradutor-intérprete restringiu-se à formação exclusiva de intérpretes, enquanto a de tradutor permanecia igual. É em virtude dessa separação que passaremos agora a nos concentrar exclusivamente na formação do tradutor.

Com essa trajetória, a formação de tradutores oferecida dentro do bacharelado em Letras da PUC-Rio completou dez anos de existência, tendo sofrido várias alterações que visaram o seu aprimoramento e a adequação às demandas observadas. Como foi historiado, de especialização em *revisor-tradutor-intérprete* (1969-1973) passou a *tradutor-intérprete* (cf. Catálogo Geral de 1974), depois se desmembrou em *tradutor-intérprete* e *tradutor* (cf. Catálogo Geral de 1976), para em seguida (cf. Catálogo Geral de 1978) desvincular a formação desses dois profissionais. Além disso, o número de disciplinas específicas aumentou, incorporando-se Introdução à Tradução, Português para Tradutores, Tradução Técnica II, Tradução Literária II e um segundo semestre de estágio supervisionado, com o objetivo de propiciar mais contato e familiarização com a prática tradutória e o mercado de trabalho.

Destacam-se ainda, nessa mesma década, duas iniciativas da professora Candida Bordenave. A primeira foi a de planejar e realizar, em 1975, juntamente com a Associação Brasileira de Tradutores – ABRATES, então dirigida por Paulo Rónai, o I Encontro Nacional de Tradutores, que já vai para a décima edição, embora com características um pouco diferentes. O primeiro e o segundo Encontros, ambos realizados na PUC-Rio, serão abordados mais adiante. A segunda iniciativa da professora Candida foi o Concurso de Tradução de Conto e Poesia, lançado pela mesma universidade no segundo semestre de 1978, para universitários e profissionais (cf. Wyler, 2003: 147).

Década de 1980 – sintonia com os Estudos da Tradução

Susan Bassnett, no prefácio da edição revista de *Translation Studies* (1991), observa que na década de 1980 os estudos sobre a tradução – ou tradutologia, como preferiam alguns – conseguiram

firmar-se como uma disciplina autônoma. Muitos livros foram escritos sobre o assunto, surgiram publicações especializadas, um grande número de revistas científicas tradicionais dedicaram números inteiros à tradução e as pesquisas na área registraram enorme expansão no mundo inteiro.

A partir do final da década de 1970, registraram-se mudanças profundas no campo do conhecimento provocadas pelas idéias pós-modernas e pós-estruturalistas, que impuseram uma série de contestações aos fundamentos do pensamento, da filosofia, das ciências sociais e das artes. Diante dessas novas maneiras de se pensar o mundo, a linguagem, a tradução e o ensino, o corpo docente do curso – cujo núcleo era formado, na época, pelos professores Maria Candida Bordenave, Maria Paula Frota e Paulo Henriques Britto – achou que a grade precisava refletir mais diretamente as mudanças ocorridas. A rápida consolidação da área de Estudos da Tradução, que passou a desenvolver reflexões geradas em seu próprio bojo, reforçou a importância da teoria para a prática tradutória e para a formação profissional. À medida que aumentava a bibliografia disponível e que surgiam novas abordagens teóricas, os programas das disciplinas de prática de tradução da PUC-Rio iam incorporando essas reflexões, adotando uma postura metodológica que procurava embasar teoricamente as questões práticas enfocadas nas aulas.

Conseqüentemente, na reforma curricular seguinte, implementada em 1985, foram criadas as disciplinas Teoria da Tradução e Terminologia, além de uma monográfica que poderia contemplar modalidades de tradução técnica ou literária. Dessa forma, a teoria não só passou a iluminar as questões práticas nas aulas de tradução, como conquistou o seu espaço próprio. Também os conteúdos programáticos foram atualizados em função dos recentes desenvolvimentos teóricos e das atuais demandas da sociedade ao profissional de tradução.

Um acontecimento importante ocorrido em 1985, mesmo ano da implantação da nova reforma curricular mencionada, foi a realização, na PUC-Rio, do II Encontro Nacional de Tradutores, mais

uma vez organizado pela equipe de tradução do departamento de Letras, em parceria com a ABRATES.

Concluindo o panorama desse período, no final dos anos 1980 o perfil da formação de tradutores na PUC-Rio ampliou-se de uma forma diferente, na medida em que passou a oferecer cursos em outros níveis além da graduação. Em 1988, foi criada a Coordenação de Cursos de Extensão em Letras, com o objetivo de fomentar as atividades desse segmento da missão universitária dentro do próprio departamento. Se antes essas atividades eram esporádicas e assistemáticas, a Coordenação foi criada para estimular a expansão de cursos de extensão, sistematizar os cursos que já eram oferecidos, dar o suporte organizacional às novas iniciativas, supervisionar as atividades implementadas e estabelecer a ponte com o setor da Universidade designado para controlar e providenciar a infra-estrutura administrativo-financeira dos cursos/atividades de extensão.

De acordo com a proposta da nova Coordenação, a supervisão da área de tradução do departamento de Letras começou a desenvolver projetos visando oferecer cursos de extensão com enfoques diferenciados ou em assuntos não abrangidos pelas disciplinas regulares ou eletivas oferecidas pelo Departamento. O primeiro projeto implementado foi o de formação de tradutores, com duração de quatro semestres, estruturado modularmente de modo a acompanhar a seqüência das disciplinas e o oferecimento da grade do bacharelado. Dessa forma, alunos externos, em sua maioria com formação universitária em áreas tão diversificadas quanto medicina, química, engenharia, psicologia e economia, entre outras, vinham buscar uma formação acadêmica para exercerem a atividade tradutória, agregando novos conhecimentos e habilidades à sua área de formação anterior. As turmas de tradução passaram, então, a compreender tanto os bacharelados como os alunos de extensão. Segundo o Catálogo Geral de 1985, havia as seguintes disciplinas específicas de tradução: Introdução à Tradução, Português para Tradutor, Tradução Técnica I e II, Tradução Literária I e II, Tradução (monográfico), Versão Escrita, Teoria da Tradução e Terminologia, além dos dois estágios supervisionados.

Um outro fato relevante registrado na década, que reflete um incipiente reconhecimento da tradução como área acadêmica e de pesquisa, foi a sua inclusão entre os 21 grupos de trabalho da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, em 1986. Como relatam Frota e Rodrigues (1994),

A formação do GT de Tradução da ANPOLL foi sugerida pelo Professor Edson Rosa da Silva, da UFRJ, no I Encontro Nacional da ANPOLL. Sua primeira reunião foi em 1987, no II Encontro Nacional, na UFRJ [...]. Nesse ano, a Professora Maria Candida Bordenave, da PUC-Rio, assumiu a coordenação do GT [...]. (p. 67)

O espaço proporcionado pelo GT foi fundamental para que pesquisadores dispersos em várias instituições se conhecessem e começassem a buscar formas de “reverter a condição de marginalidade em que a área se encontrava” (p. 68). Em 1990, por sugestão de Rosemary Arrojo, eleita coordenadora em 1989, o GT passou a funcionar de maneira descentralizada, a partir da criação de quatro coordenações regionais: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por essa última ficou responsável Maria Paula Frota, da PUC-Rio, eleita coordenadora nacional na eleição seguinte e substituída no GT-Rio por Marcia Martins, da mesma instituição. Nas gestões de ambas foram realizados pelo GT-Rio encontros congregando pesquisadores do Rio de Janeiro, Niterói e Juiz de Fora. Atualmente, o GT de Tradução não apresenta mais o formato descentralizado, mas continua buscando a efetiva articulação entre seus membros, bem como a consolidação de um espaço acadêmico próprio e a conscientização sobre as contribuições que o estudo da tradução pode trazer para os estudos da linguagem e da literatura, entre outros. Como observa Candida Bordenave, sendo a tradução “uma área de confluência de conhecimentos, as demais áreas vêm reconhecendo a relevância dos estudos tradutórios como fonte de revelação para as ciências da lin-

guagem e demais ciências humanas e sociais” (1996: 432, também citado em Bonaparte, 2005: 17).

Assim, o curso de tradução da PUC-Rio chegou à década de 1990 oferecendo formação nos níveis de graduação e extensão. Nesse último, embora, como já dito, fossem oferecidos cursos de curta duração, recebia especial atenção o programa de formação de tradutores em módulos, que desde o início despertou grande interesse por parte da comunidade. Ao mesmo tempo, a integração com o mercado propiciada pelas parcerias formadas garantia um bom canal de acesso aos alunos egressos dos dois cursos, facilitando sua profissionalização.

Em relação à profissionalização dos graduandos, expandiram-se as parcerias destinadas a viabilizar os estágios, firmadas com os mais diversos tipos de empresa, especialmente editoras, escritórios de tradução e produtoras de vídeo. Para grande satisfação da coordenação do curso, constatou-se um altíssimo nível de absorção, pelo mercado, dos graduandos, que podem ser encontrados em escritórios de tradução, em empresas que contam com tradutores em seus quadros ou prestando serviços a pessoas físicas e jurídicas como autônomos. Além disso, continuou a tendência, registrada desde a implantação do curso, de os ex-alunos abrirem seus próprios escritórios de tradução e assim passarem, por sua vez, a absorver estagiários e tradutores recém-formados pela instituição.

O surgimento dos Encontros Nacionais de Tradutores

Em um texto sobre a institucionalização da tradução na PUC-Rio não se poderia deixar de destacar a realização do I e II Encontros Nacionais de Tradutores, realizados respectivamente em 1975 e em 1985, os quais, para alguns, deram início ao processo de legitimação da profissão do tradutor no Brasil (cf. Bonaparte, 2005: 5).

O I Encontro Nacional de Tradutores foi promovido pelo departamento de Letras da PUC-Rio, graças ao empenho do diretor do departa-

tamento na época, professor Affonso Romano de Sant'Anna, e da coordenadora da especialização em tradutor-intérprete, professora Maria Candida Bordenave, em parceria com a ABRATES, então presidida por Paulo Rónai. Realizado de 23 a 25 de abril de 1975, o evento, conforme relatado por Elizabeth Bonaparte em monografia sobre o tema, congregou estudantes, tradutores profissionais, editores e representantes de órgãos de classe, e teve como objetivos principais:

- lançar as bases e promover a formação de uma consciência de classe;
- congregar os órgãos de classe já existentes, mas dispersos, como a ABRATES e a Associação de Tradutores Públicos e Intérpretes do Estado da Guanabara (ATPIEG) e a comissão dos Tradutores Funcionários Públicos;
- discutir problemas específicos do tradutor, tais como o reconhecimento da profissão, a remuneração, a relação tradutor-editor e as dificuldades no ensino da tradução; e
- possibilitar a ilustração e projeção dos alunos do Curso Tradutor-Intérprete, "num contato benéfico com idéias, experiências e atividades em geral do ambiente profissional propriamente dito" (I Encontro Nacional de Tradutores, Conclusões e Recomendações).

O programa do I Encontro, abrangente e bastante inovador, compreendeu conferências de Antonio Houaiss, Carlos Lacerda e Paulo Rónai, três mesas-redondas e um painel de editores. As mesas-redondas abordaram a tradução literária (com Marina Colassanti, Eliane Zagury, Paulo Mendes Campos e Alvaro Cabral), a tradução

técnica (com Pedro Paulo Madureira, Marco Aurélio Moura Matos, André Selon, José Laurêncio de Melo e Manuel Bouzon) e o ensino da tradução (com Léa Novaes, Ione Andrade, Celina Engersen, Daniel Brillhante de Brito e Candida Bordenave). O painel de editores reuniu representantes graduados das mais importantes editoras brasileiras na época, como a Artenova, Record, José Olympio, Nova Fronteira, Vozes, Bloch e Civilização Brasileira.

Como avalia Bonaparte em seu estudo,

O I Encontro Nacional de Tradutores foi pioneiro ao reunir tradutores de todo o país e significou um estímulo para a valorização da tradução e da profissão do tradutor porque colocou em destaque assuntos como, por exemplo, a importância e a legitimidade da atividade do tradutor; defendeu a alta complexidade intelectual da escrita tradutória e traçou planos para a pesquisa e o ensino com o objetivo de desenvolver padrões de qualidade e possibilitar a profissionalização do tradutor especializado e responsável (2005: 13).

Ainda segundo Bonaparte, aquele primeiro Encontro “abriu espaço para o reconhecimento social do ofício do tradutor, inaugurando uma nova fase na história da identidade profissional do tradutor no Brasil” (p.14).

Dez anos depois, em 1985, realizou-se o II Encontro, que teve como presidente de honra o tradutor e professor Paulo Rónai e foi, mais uma vez, organizado pela professora Maria Candida Bordenave e demais docentes da área de tradução da PUC-Rio. Na abertura do evento, a professora Candida fez a seguinte avaliação:

Hoje, o curso de Tradução do Departamento de Letras, sentindo que suas atividades acadêmicas encontram-se bem estruturadas, seus cursos e estágios solidamente organizados, sua prática e teoria sadiamente integradas e fundamentadas, decide, mais uma vez, ultrapassar suas fronteiras e reunir, no espaço da Universidade, em amplo debate, todos aqueles envolvidos na

atividade tradutória: professores, pesquisadores e estudantes, tradutores e editores, intelectuais, bem como representantes de instituições usuárias de tradução. Foi, então, pensando no evento de abril de 1975, tão significativo e bem-sucedido, e pensando também no nosso presente, como formadores de profissionais de tradução e portanto profundamente participantes da glória e do drama desses profissionais, que nós, da comissão organizadora, decidimos dar esse salto em busca da nossa realidade e do nosso lugar na história da cultura nacional. (*Anais do II Encontro Nacional de Tradutores*, p. 1)

O programa do evento incluiu, além das falas de abertura, por Candida Bordenave e Paulo Rónai, conferências de Ivan Junqueira (“Eliot: tradução, traição, transcrição”) – com comentários de Antonio Houaiss –, e de Lauro Grillo Júnior, da IBM (“A tradução na era da informática), e as seguintes mesas-redondas: “O livro traduzido e a cultura nacional” (com Barbara Heliadora, Leandro Konder, Sérgio Flaksman e Roberto Corrêa); “Aspectos da tradução literária” (com Jorge Wanderley, Martha Calderaro, José Lino Grünewald, Paulo Henriques Britto e Sonia Coutinho); “Aspectos da tradução não-literária” (com o Dr. Elias Davidovich, Vera Ribeiro, Marina Cunha Brenner, Leda Maria Maia e Armando Campbell); “O papel da tradução no desenvolvimento nacional” (com Antonio Carpinteiro, Silviano Santiago e Regina Bilac Pinto Zingoni); “A formação do tradutor” (com Martha Steinberg e Regina Alfarano, da USP, Nair Fobé, da PUCCamp, Liselotte Heuser, da PUCRS e Candida Bordenave, da instituição anfitriã); e “O tradutor: profissão e luta” (com A.B. Pinheiro de Lemos, Waltensir Dutra e Valdívia Portinho).

Entre as conclusões do II Encontro, são especialmente significativas as que dizem respeito à constatação, por um lado, da importância do papel do tradutor no cenário nacional, e por outro, dos vários pontos negativos que se colocavam como obstáculo ao desempenho profissional do tradutor. Entre esses pontos, vale a pena destacar os seguintes, na medida em que pouco se avançou no sentido de saná-los:

- a improvisação dos profissionais, a subcontratação e a contratação de pessoas não qualificadas para o exercício desta profissão, o que revela o pouco caso com que ela é vista pelas editoras, empresas e sociedades em geral;

- o não reconhecimento do alto nível de ensino existente nas escolas de tradução. Apesar de formar profissionais competentes e de desenvolver pesquisas na área de tradução, as escolas ainda não receberam, por parte de empresas e associações, o reconhecimento devido;

- a falta de união da classe, cujos membros, pela própria natureza de sua atividade, trabalham solitariamente e, pelo volume de laudas que são obrigados a produzir diante da baixa remuneração, raramente encontram tempo para participar de reuniões da categoria. (*Anais do II Encontro Nacional de Tradutores*, p. 164-65)

Também as recomendações, ironicamente, parecem datadas de pouco tempo, e não de 20 anos atrás, já que permanecem, em grande parte, não atendidas. Entre elas, incluem-se a urgência em unificar os esforços dos órgãos representativos no sentido da regulamentação da profissão de tradutor; a revisão da lei 5.988 que dispõe sobre os direitos autorais, de modo a assegurar a posição do tradutor como titular dos direitos sobre seu trabalho; a reivindicação do nome do tradutor na capa do livro; a exigência de aprovação, por parte do tradutor, das modificações realizadas pelos revisores das editoras, para que neles não sejam introduzidas modificações à sua revelia; e a reivindicação de que as colunas de livros nos jornais não só mencionem o nome do tradutor como também façam uma apreciação do seu trabalho (idem, p. 166-67).

Décadas de 1990 e 2000 – a expansão da Pós-graduação

Durante a maior parte da década de 1990 a tradução na PUC-Rio, agora trabalhando apenas com o inglês como língua estrangeira, ocupou os espaços da graduação e da extensão.

Em meados da década, diante da identificação de um grande interesse por parte dos tradutores profissionais em buscar um aprimoramento e a familiarização com diferentes áreas do conhecimento e modalidades de tradução, além de uma formação mais propriamente teórica, foi criada a Especialização em Tradução (Inglês-Português). Embora ainda não houvesse, na época, obrigatoriedade de monografia para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, decidiu-se incluir essa exigência em sua estrutura.

Os objetivos do curso consistem em promover a prática intensiva em diferentes modalidades (literária, técnico-científica, para cinema, etc.) e áreas (economia, informática, etc.) de tradução e suas respectivas linguagens; aprofundar os conhecimentos teóricos sobre a linguagem em sua relação com falantes, culturas e sociedades, considerando as condições especiais das línguas em contato; e desenvolver uma metodologia de pesquisa – terminológica e temática – necessária à execução da tarefa tradutória. Visando um público de tradutores e outros profissionais com curso superior, excelente redação em português e competência na leitura do inglês, que desejem aperfeiçoar-se na prática da tradução, tem atualmente o seguinte currículo: Introdução aos Estudos da Linguagem, Prática de Tradução de Ficção de Consumo, Prática de Tradução para Cinema, Prática de Tradução para Vídeo, Teorias de Leitura e de Tradução, Prática de Tradução Técnico-Científica, Terminologia, Prática de Tradução de Economia e Administração, Prática de Tradução Literária, Prática de Tradução de Informática, Prática de Tradução Juramentada/Jurídica e Metodologia de Elaboração da Monografia. Complementam a grade uma conferência feita por tradutor ou pesquisador convidado e um painel com editoras, agências de tradução ou similares.

A primeira turma foi oferecida em 1997, e desde então a procura tem sido bastante significativa. O currículo original foi um pouco modificado, sempre buscando maior adequação às demandas do mercado e à proposta da instituição.

No final da década, o doutoramento dos professores da área de tradução do departamento de Letras viabilizou a proposta de criação de uma linha de pesquisa que contemplasse os estudos tradutórios no Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem. Desde 2001, os Estudos da Tradução são uma das áreas de investigação do mestrado e do doutorado em Letras (Estudos da Linguagem), com várias dissertações já defendidas e muitas outras em andamento.

A formação e a titulação de pesquisadores em tradução gerou, por sua vez, outro fenômeno: o aproveitamento dos novos mestres como docentes dos cursos de especialização e de formação de tradutores que veio substituir, em 2004, o tradicional programa de módulos e cujas turmas passaram a ser exclusivas, e não mais compartilhadas com as do bacharelado.

O novo curso de formação de tradutores tem carga horária de 435 horas/aula, sem contar o módulo de Prática Intensiva, e a seguinte grade disciplinar: Princípios Teóricos, Fundamentos de Terminologia e Pesquisa para Tradução, Iniciação à Prática Tradutória, Português para Tradutor, Tradução para Agências de Notícias, Tradução de Ficção, Tradução de Ciência e Tecnologia, Tradução de Ciências Humanas e Sociais, Tradução de Informática e Introdução à Versão.

Antes mesmo da primeira turma se formar, em julho de 2005, a grande demanda observada levou ao oferecimento de uma nova turma, iniciada em abril, com um corpo docente constituído quase que inteiramente por mestres e doutores formados pela instituição. Isso significa que a pós-graduação *lato e stricto sensu* está não só formando pesquisadores como capacitando professores, que muitas vezes vêm atuar nos diferentes cursos de tradução oferecidos pela PUC-Rio, da mesma forma que a graduação está preparando profissionais que se estabelecem como prestadores de serviços e se tornam importantes fornecedores de oportunidades de estágio para as novas turmas do bacharelado.

Essa atividade de formação nos mais variados níveis – graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* e extensão – começou a gerar, inicialmente a partir da criação da especialização, com sua exigência de monografia, e mais recentemente com as pesquisas de mestrado e doutorado, um amplo e variado corpo de conhecimentos que vem sendo divulgado em congressos, seminários e eventos afins, assim como por meio de artigos publicados em periódicos e coletâneas. Diante dessa produção acadêmica intensa, a área de tradução da PUC-Rio sentiu que o momento era propício para criar um novo canal de divulgação para essas reflexões, às quais se somariam trabalhos de outros colaboradores. Assim nasceu *Tradução em Revista*, uma publicação de periodicidade anual cujo primeiro número, já esgotado, saiu em 2004.

O ano de 2004 também marcou a implementação de uma nova reforma curricular do curso de Letras, que introduziu mudanças significativas na grade de disciplinas da habilitação em tradução, agora composta por Introdução à Tradução, Tradução Técnico-Científica, Tradução de Ficção e Teorias de Tradução, além de três optativas escolhidas entre Técnicas de Tradução, Tradução de Informática, Tradução para Legendagem, Tradução Juramentada/Jurídica, Tradução Literária Avançada, Tradução Técnico-Científica Avançada e Versão, e os Estágios Supervisionados I e II. O curso ficou mais dinâmico e flexível, enfatizando um trabalho mais intenso da produção textual, tão necessária para a atividade tradutória, e possibilitando um oferecimento de disciplinas optativas de tradução de acordo com o interesse dos alunos e a demanda do mercado de trabalho.

Diante disso, o balanço da área nos últimos 35 anos nos parece bastante positivo, na medida em que a tradução na PUC-Rio foi ampliando seus espaços de modo a contemplar desde a formação e o aprimoramento de tradutores, nos níveis de graduação, extensão e pós-graduação *lato sensu*, até a formação de pesquisadores e a capacitação de professores, além de propiciar um meio de divulgação das pesquisas na área, com seu periódico, e de contribuir para promover a visibilidade da tradução e dos tradutores através da participação de seus docentes e discentes em congressos e seminários e da realização de

eventos de pequeno porte. Nessa trajetória, tem sido fundamental o apoio de outras instituições, brasileiras e estrangeiras, com as quais a PUC-Rio mantém um produtivo intercâmbio acadêmico. Para o futuro, nossa meta é continuar sempre aprimorando e atualizando nossos cursos, procurando ajustá-los às necessidades existentes sem fugir de nossos princípios e filosofia, de modo a oferecer a formação mais adequada possível para futuros tradutores e pesquisadores da área, quer no nível de graduação, pós-graduação ou extensão.

Notas

1. Agradeço à professora Maria Candida Bordenave e aos meus colegas Maria Paula Frota e Paulo Henriques Britto pela leitura atenta deste artigo e informações valiosas a respeito da história dos cursos de tradução na PUC-Rio.
2. Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Bibliografia

ANAIIS do II Encontro Nacional de Tradutores (1985) Curso de Tradução, Departamento de Letras. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

ATAS do I Encontro Nacional de Tradutores (1975) Curso de Tradução, Departamento de Letras. Rio de Janeiro: PUC-Rio (mimeo)

BARBOSA, H. G. (1990) *Procedimentos teóricos da tradução: uma nova proposta*. Campinas: Pontes.

_____. (2004) A formação do tradutor/intérprete e sua inserção no mercado. Trabalho apresentado na mesa-redonda sobre o tema Perspectivas para o Ensino da Tradução, no IX Encontro Nacional de Tradutores e III Encontro Internacional de Tradutores (inédito).

BASSNETT, Susan (1991) *Translation Studies*. Revised edition. London/New York: Routledge.

BONAPARTE, Elizabeth C. (2005) *I Encontro Nacional de Tradutores: a (re)construção da imagem da profissão do tradutor no Brasil*. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Tradução (Inglês-Português). Departamento de Letras, PUC-Rio (inédita).

BORDENAVE, Maria Candida (1996). Entrevista com Maria Candida Bordenave. *Cadernos de Tradução nº. III*. Centro de Comunicação e Expressão, G.T. de Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: G.T. Tradução, pp. 429-35.

CATÁLOGO GERAL da PUC-Rio, anos de 1969, 1972, 1973, 1974, 1976, 1978, 1980, 1982 e 1985.

CATÁLOGO ESCOLAR DE GRADUAÇÃO da PUC-Rio, anos de 1987/1988, 1997/1998, 1999/2000.

FROTA, Maria Paula e RODRIGUES, Cristina C. (1994) Um breve histórico do GT de Tradução e sua importância para o desenvolvimento da área em nosso país. Em *Revista da ANPOLL* n. 1. Campinas: IEL/Unicamp.

MOUNIN, Georges (1975) *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix.

WYLER, Lia (2003) *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.